

# XIII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

MACEIÓ/AL

## Sobre os Painéis Temáticos Simultâneos

**26 de novembro de 2019**

10h15

### 1. Automação e efetividade da prestação jurisdicional

O painel objetiva abordar iniciativas em andamento no Conselho Nacional de Justiça voltadas a garantir maior automação do processo eletrônico e sua interoperabilidade com outros sistemas, visando ao aumento de eficiência do Poder Judiciário.

### 2. Estado de coisas inconstitucional do sistema prisional: caminhos para a superação

Conforme decisão do próprio Supremo Tribunal Federal na ADPF 347, as condições de cumprimento de pena no Brasil estão em conflito direto com princípios e garantias básicas estabelecidos em nossa Constituição e com o disposto em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Assim, pessoas que um dia retornarão ao convívio social são marcadas por vulnerabilidades agravadas pela privação de liberdade, contribuindo para o atual quadro de violência e a sensação de insegurança no país.

Em resposta a esse desafio, a gestão do ministro Dias Toffoli no Conselho Nacional de Justiça iniciou, em janeiro de 2019, o Programa Justiça Presente. O objetivo do programa, executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é reformular práticas e estruturas relacionadas à punição e à privação de liberdade para construir sistemas mais justos, garantindo responsabilizações adequadas ao mesmo tempo em que se fomenta a paz social.

Pela primeira vez, um programa coordenado pelo Judiciário em escala nacional mobiliza atores em rede, considerando as diferentes fases do ciclo penal e socioeducativo, focando em resultados de curto e médio prazo. O programa se vale de experiências anteriores exitosas do CNJ, investindo

em intervenções customizadas à realidade de cada um dos estados da Federação. Essas intervenções são construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das soluções.

### 3. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua implementação nos tribunais

ALGPD (Lei n.13.705/2018) impõe às organizações, públicas e privadas, uma série de obrigações que visam à proteção dos dados pessoais de cada cidadão. Os tribunais brasileiros não estão isentos de implementar medidas nesse sentido. Tais medidas podem ser apontadas sob dois aspectos. O primeiro é a necessidade de se construir processos internos para implementação da LGPD. O segundo aspecto é a organização de atividades formativas direcionadas aos magistrados que, eventualmente, analisarão conflitos de interesses fundados na referida norma. O painel tem o objetivo de trazer contribuições para tornar operacional a LGPD, no âmbito dos tribunais, bem como informar quais são as iniciativas do CNJ a respeito.

### 4. Gestão da Saúde no Poder Judiciário

No Painel, serão apresentados, para fins de discussões e aprofundamentos, dados sobre a saúde de magistrados e servidores, a partir de dados levantados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, que resultaram em amplo diagnóstico sobre a atual situação de como tem sido tratada a saúde dos magistrados e servidores pelas instituições do Poder Judiciário. Será apresentado, também, breve relatório de atividades sobre as ações do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

### 5. Sistemas de Gestão e Integração de Corregedorias e Presidências dos Tribunais

Painel em que será discutida a utilização dos sistemas eletrônicos como instrumentos de aperfeiçoamento da gestão dos tribunais, buscando explorar formas eficazes de integração da atuação das presidências e das corregedorias no controle de produtividade e dos indicadores de cumprimento de metas.